

ACESSO À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE HOMENS-TRANS EM ALAGOAS

Evylee Hadassa Barbosa Silva¹ (PROBIC - Unit), e-mail:
evylee.hadassa@souunit.com.br;

Joyce Nayara Duarte da Silva¹ (PROVIC-Unit), e-mail:
joyce.duarte@souunit.com.br;

Alba Maria Bomfim de França¹ (Orientador), e-mail: albambf@hotmail.com.

Centro Universitário Tiradentes¹ Enfermagem/Maceió, AL.

Exemplo: 4.00.00.00-1 Ciências da Saúde 4.04.00.00-0 Enfermagem

RESUMO:

Introdução: Durante o período pós-II Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960, houve um grande aumento populacional, fazendo com que houvesse uma grande preocupação pelo aumento populacional, onde começou-se a haver uma discussão demográfica acerca dos métodos contraceptivos e planejamento reprodutivo, pensando assim, em questões de saúde e direitos reprodutivos. Apesar disto, a construção dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, ainda esbarram em dificuldades relacionadas às normas morais e aos binarismos homem/mulher, masculino/feminino e heterossexual/homossexual, impedem o acesso de forma integral e a equidade desses direitos em serviços de saúde. **Objetivo(s):** Verificar como os homens trans em Alagoas acessam os serviços de saúde sexual e reprodutiva em Alagoas. **Metodologia:** Estudo exploratório, de corte transversal e abordagem quantitativa, sendo utilizada como fonte primária as informações de homens trans relacionadas ao acesso de saúde aos serviços sexuais e reprodutivos de homens trans em Alagoas. **Resultados:** Os resultados mostram que, 66,6% declaram idade entre 18-24 anos, e 33,3% entre 25-35 anos. 40% possuem ensino superior completo, 40% ensino médio completo e 20% ensino superior

incompleto. 60% possuem de 1-3 salários mínimos, 20% dispõem de 04 ou mais salário mínimo e os outros 20% até 01 salário mínimo. 60% acessam aos serviços de saúde através de plano de saúde particular, e 40% através do SUS. 60% não realizaram nenhuma consulta anual nos serviços de saúde sexual e reprodutiva, 20% realizaram ao menos uma consulta, outros 20% realizaram 2-4 consultas anualmente. Nenhum dos participantes alegou já ter realizado a cirurgia de redesignação sexual, mas 60% deles afirmaram que não sentem desejo de fazê-la, outros 40% sentem o desejo de realizá-la. O acesso à citologia e colposcopia foi relatado por 33,3%, outros 33,3% continuam tendo acesso, mas não realizam e, 33,3% não tem acesso aos serviços de citologia e colposcopia. O uso de hormonioterapia foi relatado por 80% dos participantes, já 20% afirmaram não fazer uso de terapia hormonal.

Conclusão(ões): A partir dos resultados obtidos, evidencia-se que o acesso aos serviços de saúde pelos homens trans se dá por meio da rede suplementar de saúde. Conclui-se que o acesso aos serviços de saúde pelos homens trans se dá por meio da rede suplementar de saúde. Já no que diz respeito à caracterização sociodemográfica, observa-se que tratam-se de adultos jovens, com parceiros, grau de escolaridade entre o ensino médio e o superior, renda média entre 1 e 3 salários mínimos vigentes e sem filhos. O acolhimento por parte da equipe de saúde é bastante positivo, onde a maioria dos homens trans alegaram que foram bem acolhidos e respeitados em todos os momentos da assistência.

Palavras-chave: Saúde Sexual e Reprodutiva, Acesso aos Serviços de Saúde e Pessoas Transgênero.

ABSTRACT:

Introduction: During the post-World War II period, in the 1950s and 1960s, there was a large population increase, causing a great concern for population increase, where there began to be a demographic discussion about contraceptive methods and reproductive planning, thinking like this, on issues of health and reproductive rights. Despite this, the construction of sexual and

reproductive rights as human rights, still encounters difficulties related to moral norms and the man/woman, male/female and heterosexual/homosexual binaries, prevent full access and equity of rights in services of health.

Objective(s): To verify how trans men in Alagoas access sexual and reproductive health services in Alagoas. **Methodology:** An exploratory, cross-sectional study with a quantitative approach, using as the primary source

information from trans men related to health access to sexual and reproductive services for trans men in Alagoas. **Results:** The results show that 66.6%

declare age between 18-24 years, and 33.3% between 25-35 years. 40% have completed higher education, 40% complete high school and 20% incomplete higher education. 60% have 1-3 minimum wages, 20% have 04 or more

minimum wage and the other 20% up to 01 minimum wage. 60% access health services through a private health plan, and 40% through SUS. 60% had no annual consultations in sexual and reproductive health services, 20% had at

least one consultation, another 20% had 2-4 consultations annually. None of the participants claimed to have undergone the sex reassignment surgery, but 60% of them said they do not feel like doing it, another 40% feel the desire to do it.

Access to cytology and colposcopy was reported by 33.3%, another 33.3% still have access, but do not perform it, and 33.3% do not have access to cytology and colposcopy services. The use of hormone therapy was reported by 80% of

the participants, while 20% said they did not use hormone therapy.

Conclusion: From the results obtained, it is evident that access to health services by trans men takes place through the supplementary health network. It

is concluded that access to health services by trans men is through the supplementary health network. With regard to the sociodemographic characterization, it is observed that these are young adults, with partners,

education level between high school and college, average income between 1 and 3 minimum wages in force and no children. The reception by the health team is very positive, where most trans men claimed that they were welcomed and respected at all times of care.

Keywords:

Sexual and Reproductive Health, Health Services Accessibility e Transgender Persons.

Referências/references:

ANGONESE, M. LAGO, M.C.S. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 256-270. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/FqFGGyngpCS9xJp4zrZYBcL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 setembro 2021.

CARDOSO, M. R., FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: ciência e profissão**, n. 32, v. 3, p. 552-563. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/8pg9SMjN4bhYXmYmxFwmJ8t/?lang=pt>>. Acesso em: 25 setembro 2021.

CORRÊA, S; ALVES, J. E. D; JANNUZZI, P. M. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 1, p. 27-62. Disponível em:
<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/142/140>>. Acesso em: 25 setembro 2021.